

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DA BAHIA: A RELEVÂNCIA SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS)

Antônio de Macêdo Mota Júnior ¹

RESUMO

Este trabalho aborda a relevância social da universidade, diante de um contexto de política pública de educação superior no Estado da Bahia, com destaque para a atuação e inserção da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) como a primeira universidade criada entre as quatro mantidas pelo governo baiano. Para tanto, este estudo de caso exploratório-descritivo, bibliográfico e documental contextualiza a relevância social da universidade, especialmente a pública, bem como revela algumas ações e políticas importantes implementadas pela UEFS, em sua atuação no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e do incentivo à cultura; além de destacar aspectos da inserção local e regional dessa atuação. Dessa forma, o estudo apresenta como resultados, que a UEFS tem sua relevância social destacada como uma universidade pública inserida no território baiano, criada como estratégia de interiorização da educação superior nesse Estado. Logo, essa universidade acaba por impactar as realidades local e regional, contribuindo para a formação e capacitação de profissionais nas diversas áreas do conhecimento, em especial de professores para as redes de ensino, bem como atuando como espaço de produção e difusão de conhecimento e construção crítica da própria sociedade. Além disso, essa instituição referencia diversos atores, produzindo, modificando e distribuindo saberes implicados e diferenciados, principalmente em relação às outras instâncias produtivas, que talvez atuem em uma perspectiva meramente econômica.

Palavras-chave: Política de Educação Superior, Estado da Bahia, Universidades, Universidade Estadual de Feira de Santana, Relevância Social.

INTRODUÇÃO

De acordo com dados do Censo da Educação Superior do ano de 2022 (INEP, 2023), das 2.595 instituições de ensino superior (IES) presentes no país, apenas 312 (12%) são públicas. Conforme a organização acadêmica dessas IES, 205 delas são Universidades, 381 são Centros Universitários, 1.968 são Faculdades e 41 são Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

¹ Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e atua como Analista Universitário e Professor Colaborador na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), antoniomacedojr@gmail.com

No que se trata das IES públicas brasileiras, segundo a dependência administrativa, 120 (38%) são da rede federal, 133 (43%) da rede estadual e 59 (19%) da rede municipal, ou seja, 62% são instituições públicas de ensino superior não federais. Já entre as 205 Universidades brasileiras, 115 (56%) são públicas, sendo 68 (59%) federais, 41 (36%) estaduais e 6 (5%) municipais (INEP, 2023).

Como destaca a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), “as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano [...]”. Dessa forma, caracterizam-se pela produção intelectual institucionalizada para a compreensão sistemática dos problemas mais relevantes da sociedade, tanto no âmbito científico e cultural, quanto regional e nacional. Além disso, devem possuir, no mínimo, 1/3 do seu quadro de pessoal formado por docentes, com titulação de mestre ou doutor, e com regime de tempo integral (Brasil, 1996, art. 52).

Assim, as universidades têm relevância social, especialmente por proporcionar a formação de profissionais, a construção e a difusão do conhecimento científico, tecnológico e de inovação, e o desenvolvimento de ações de intervenção e interação com a sociedade. Logo, como executoras das políticas públicas educacionais, essas instituições são dinamizadoras de economias locais e regionais, principalmente no entorno dos municípios onde se encontram inseridas, gerando emprego e renda e colaborando para o crescimento e desenvolvimento dessas localidades (Wanderley, 2003; Goebel; Miura, 2004; Boaventura, 2009; Barbosa, 2013).

Por outro lado, a universidade pública contemporânea vem sendo desafiada, enfrentando processos de crise (hegemonia, legitimidade e institucional) e diversas dificuldades a sua sustentabilidade financeira, e, conseqüentemente, à manutenção das atividades universitárias. Esse processo é consequência direta do baixo de nível de priorização das políticas sociais, induzido pelo modelo econômico de desenvolvimento neoliberal globalizante. Logo, essas dinâmicas complexas interferem, sobremaneira, na qualidade da consecução da missão institucional dessas instituições (Santos, 2011, 2013).

Nesse cenário, o governo baiano mantém quatro universidades: a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), criada em 1970 e autorizada a funcionar em 1976; a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), criada em 1980; a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), criada em 1983; e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), criada em 1991. Essas IES públicas têm um papel estratégico para o desenvolvimento local e regional, contribuindo para a interiorização da educação superior

e, por consequência, para a dispersão da atividade econômica por diversos municípios baianos (Boaventura, 2009; Barbosa, 2013).

Com relevante papel para a interiorização da educação superior, as Universidades Estaduais da Bahia (UEBA) atuaram isoladas no interior baiano até o início dos anos 2000, quando houve a criação da Fundação Universidade Vale do São Francisco (UNIVASF), em 2002, e da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), em 2005 (Boaventura, 2009; Fialho, 2012).

Desse modo, este trabalho aborda a relevância social dessas IES públicas, nesse importante contexto da política pública de educação superior, com destaque para a atuação e inserção local e regional da UEFS, principalmente por ela ter sido a primeira universidade estadual implantada pelo governo baiano.

METODOLOGIA

Este trabalho vale-se da pesquisa exploratória e descritiva e da estratégia de estudo de caso, utilizando-se, como procedimentos, de levantamento bibliográfico e da análise documental (Laville; Dionne, 1999; Gil, 2007; Martins, 2008; Lakatos; Markoni, 2010).

Nesse sentido, como pesquisa exploratório-descritiva refere-se à interpretação dos fenômenos, visando a uma maior familiaridade e aprimoramento de ideias; o que torna o problema mais explícito (Gil, 2007). Neste trabalho, a descrição das características do fenômeno abordado, diz respeito à relevância social das universidades públicas, principalmente no contexto da política de educação superior do Estado da Bahia.

Para tanto, a estratégia de estudo de caso (Martins, 2008) foi utilizada, ao abordar a atuação e inserção local e regional da UEFS, por seu papel estratégico na interiorização da educação superior do Estado, como a primeira universidade baiana criada, com sede no município de Feira de Santana – o segundo maior polo socioeconômico da Bahia (Boaventura, 2009). Além disso, a educação superior pública no interior baiano, até o início dos anos 2000, era limitada a atuação da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no município de Cruz das Almas (Fialho, 2012).

No que se refere-se à pesquisa bibliográfica (Lakatos; Markoni, 2010), o trabalho faz um breve apanhado de relevantes estudos anteriores sobre o tema da relevância social da universidade. Além disso, por meio da pesquisa documental (Laville; Dionne, 1999), como fonte de dados e informações, utiliza-se documentos administrativos (Relatórios

de Gestão e de Atividades) e normativos (Resoluções dos Conselhos Universitários) da Instituição em foco.

REFERENCIAL TEÓRICO

O educador Anísio Teixeira (2010), ao tratar das funções da universidade, destaca quatro fundamentais: a formação de práticos ou profissionais para carreiras intelectuais, científicas e técnicas; o alargamento da mente humana, ou seja, a formação intelectual do sujeito; o desenvolvimento do saber humano, principalmente pela busca desinteressada do conhecimento; e a transmissão da cultura humana.

Entretanto, diante do modelo neoliberal de desenvolvimento econômico, as universidades têm passado por uma suposta perda de exclusividade na produção e difusão do conhecimento, em sua crise de hegemonia, resultante de uma perda geral de prioridade das políticas sociais, em especial, das educacionais e, notadamente, para as instituições públicas (Santos, 2011, 2013).

Para Dias Sobrinho (2010), acerca do processo de democratização, para que se cumpra o princípio da equidade e, como consequência, ocorrer a diminuição das desigualdades sociais, o acesso à educação superior não pode se restringir apenas à expansão quantitativa, deve também se referir à qualidade pública e a sua relevância social.

Nesse sentido, na perspectiva neoliberal, uma educação de qualidade seria aquela “[...] que equipa o indivíduo com conhecimentos e técnicas úteis à démarche competitiva individual e ao fortalecimento das empresas [...]” (Dias Sobrinho, 2010, p. 1227). Dessa maneira, sob a lógica mercantilista, esse mecanismo é compreendido como o mais importante propulsor de desenvolvimento e progresso da sociedade.

Já no contexto do conhecimento local, regional, nacional e, até mesmo, internacional, Dias Sobrinho (2010, p. 1227-1228) enfatiza que “a qualidade da educação superior não pode ser pensada fora das ações e dos compromissos que cada instituição instaura em seu âmbito interno e em suas vinculações com o seu entorno [...]”.

Por outro lado, diante dos processos de globalização e de democratização da sociedade, a educação brasileira e, em especial, a universidade, tem vivenciado um grande desafio, conforme Sobral (2009, p. 228): “[...] atender aos requisitos de qualidade traduzida no mérito acadêmico da sua produção científica e tecnológica e na relevância social e econômica dessa mesma produção”.

Além disso, como exigência da sociedade contemporânea, Sobral (2009, p. 231) afirma que “[...] essas tendências apontam na direção de uma qualidade complexa ou multifacetada da produção científica e tecnológica, isto é, de uma qualidade acadêmica associada à relevância social e econômica”.

Desse modo, numa dimensão social, o fomento e a execução de pesquisas socialmente relevantes e o desenvolvimento de tecnologias sociais com produção científica e tecnológica estão voltados para uma maior responsabilidade social. De outro modo, na perspectiva econômica, o estímulo à inovação tecnológica e o desenvolvimento das tecnologias de inovação e comunicação (TIC) possibilitam a interação de diferentes atores e instituições no processo de produção do conhecimento, além do estabelecimento de parcerias entre universidades, institutos de pesquisa e setor produtivo (Sobral, 2009).

Em contrapartida, ao se analisar as relações da universidade com a sociedade, a relevância ou pertinência da educação superior encontra-se na parte central dos tópicos mais importantes do debate atual, com uma tendência em reduzir essa relevância como resposta apropriada às demandas da economia ou setor produtivo. No entanto, para Bernheim e Chauí (2008, p. 20), “não há dúvida de que a educação superior deve responder a essas demandas, mas sua relevância transcende a questão, e precisa ser examinada de uma perspectiva mais ampla”.

Sendo assim, a educação superior deve responder aos desafios e demandas impostos pela sociedade como um todo, traduzindo seus objetivos em atividades e tarefas que cabem a essa modalidade de ensino, em suas dimensões quantitativa e qualitativa, ou seja, a partir da formação especializada e profissional de alto nível, da produção e difusão do conhecimento, das atividades extensionistas e outros serviços socialmente relevantes, dentre outros (Bernheim; Chauí, 2008).

Nesse sentido, conforme Bernheim e Chauí (2008, p. 20), a decisão sobre essas atividades e tarefas não é simples, pois não se limita a uma simples quantificação de recursos humanos necessários. Logo, esse exercício deve “[...] abranger a estimativa da contribuição potencial global da educação superior, por intermédio de suas várias funções, para o desenvolvimento humano sustentável da sociedade”.

Ainda para Bernheim e Chauí (2008), o conceito de relevância social que emergiu da Conferência Mundial sobre a Educação Superior, organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no ano de 1998, enfatiza a noção de pertinência social, refletindo a complexidade e abrangência da missão social da educação superior para a sociedade contemporânea.

Assim, conforme UNESCO (1998, art. 6º), “a relevância da educação superior deve ser avaliada em termos do ajuste entre o que a sociedade espera das instituições e o que estas realizam”. Portanto, facilitar o acesso a uma educação geral ampla, especializada e interdisciplinar para determinadas áreas deve ser a principal preocupação, principalmente tendo como foco as habilidades e aptidões, que visam preparar os sujeitos para viver em uma realidade complexa e, também, reorientar suas atitudes.

Além disso, essa Conferência Mundial enfatizou um processo de transformação universitária, revelando uma agenda para o debate internacional, que inclui preocupações sobre: a qualidade da educação superior; processos de avaliação, acreditação e relevância do trabalho das IES; aperfeiçoamento da gestão e necessidade de introdução de novas TIC; a dimensão internacional da educação superior; e o exercício da autonomia acadêmica com responsabilidade social (Bernheim; Chauí, 2008).

Dessa maneira, a relevância social da educação superior, especialmente das universidades, perpassa por proporcionar, para além da formação de profissionais, a construção e a difusão do conhecimento científico, tecnológico e de inovação, e o desenvolvimento de ações de intervenção e interação com a sociedade, materializadora de possibilidades de transformação social, local e regional, possibilitando a criação de instrumentos de inclusão e mobilidade social (Dowbor, 2007; Santos, 2011, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A UEFS tem destaque por sua atuação no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da cultura, bem como por suas ações de inserção no interior da Bahia e de impacto nas realidades local e regional, mesmo diante de um cenário da educação superior de suposta perda de exclusividade na produção do conhecimento, como desafio contemporâneo da relevância social (Santos, 2011, 2013; Mota Júnior, 2022).

Nesse sentido, vale destacar que essa Universidade se encontra sediada no município de Feira de Santana, no Território de Identidade Portal do Sertão, nos limites de intersecção entre o Recôncavo e o Semiárido do Estado da Bahia. Conforme seu PDI 2017-2021 (UEFS, 2019), essa IES opera com uma diretriz estratégica territorial, que visa fortalecer o seu compromisso com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável da região do Semiárido Baiano e suas sub-regiões.

De acordo com o Relatório de Atividades do ano de 2022 (UEFS, 2023), a UEFS disponibilizou 31 cursos regulares de Graduação, dentre 14 licenciaturas e 17

bacharelados, sendo 1.102 vagas, para o primeiro semestre, e 1.095 vagas, para o segundo semestre, totalizando 2.197 vagas. A partir dessa informação, pode ser revelado um dos parâmetros de impacto e credibilidade dessa Instituição, por meio dos números da concorrência por vagas disponibilizadas, que demonstram o potencial e a credibilidade dessa oferta pública.

Os dados divulgados da concorrência no Sistema SiSU² para os cursos de Graduação da UEFS, em 2022, revelaram uma ampla procura pelo Bacharelado em Medicina (74,31 candidatos por vaga). Além disso, nos dois semestres letivos de 2022, o número de candidatos para as vagas ofertadas nos Bacharelados em Direito e em Psicologia superaram os mil inscritos (1.564 e 1.552, respectivamente). Ainda, assim, o maior destaque foi o Bacharelado em Medicina, cuja oferta de vagas é anual, tendo 2.601 inscritos no primeiro semestre de 2022 (UEFS, 2023).

Além disso, conforme Mota Júnior (2022), a UEFS se destaca pela oferta pública das licenciaturas em sua região de inserção, com cursos voltados à formação de profissionais da Educação e essenciais à demanda por professores das redes básicas de ensino, tanto no âmbito público quanto privado, nas diversas áreas do conhecimento, especialmente nas Ciências Exatas. No entanto, esses cursos não são atrativos à iniciativa privada (exceto Pedagogia), em função de apresentarem baixa procura pelos estudantes.

Já no âmbito do Ensino de Pós-Graduação, a UEFS destaca-se, revelando sua importância para a formação continuada e capacitação de profissionais da região metropolitana de Feira de Santana, especialmente porque todos os Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* ofertados pertencem a essa Instituição (Mota Júnior, 2022). Atualmente, a instituição oferta 22 Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, com 22 cursos de mestrado (acadêmico, profissional e em rede) e 6 doutorados acadêmicos.

No que se refere à atuação na Pesquisa, até o ano de 1995, a UEFS apresentava-se incipiente no que diz respeito à implantação de projetos de pesquisa, o que exigiu a capacitação dos quadros docente e técnico-administrativo. A partir de 2009, a UEFS regulamentou o Programa de Bolsas de Iniciação Científica, passando a institucionalizar e centralizar a política de iniciação científica através da inserção de estudantes de Graduação nas atividades de Pesquisa, e regulamentou o Comitê de Pesquisa (COPESQ), de caráter normativo, executivo e consultivo, objetivando assessorar a gestão da política

² O SiSU é um sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), instituído pela Portaria Normativa MEC nº 2 de 2 de janeiro de 2010, para seleção de candidatos a vagas em Cursos de Graduação disponibilizadas por IES públicas e gratuitas dele participantes.

de Pesquisa e o desenvolvimento e apoio ao crescimento dessa Atividade (UEFS, 2019). Atualmente, a UEFS possui 464 projetos de pesquisa em execução e 114 grupos de pesquisa atuantes (UEFS, 2023).

No que diz respeito à gestão da inovação e propriedade intelectual (PI), a UEFS possui o Núcleo de Inovação Tecnológica da UEFS (NIT-UEFS), que tem a finalidade gerir a política institucional de inovação, propriedade intelectual e de transferência de tecnologia, mantém tratativas envolvendo diversos atores do sistema de inovação, visando à consolidação de novas parcerias e o desenvolvimento de mecanismos de difusão do conhecimento e estímulo ao empreendedorismo. Desse modo, para manutenção do portfólio de PI, o NIT-UEFS gerencia anuidades e depósitos de pedidos de patentes e exames de invenção (Mota Júnior, 2022).

No que tange à Extensão Universitária, a distribuição das ações extensionistas institucionais da UEFS apresentou, em 2022, 76 programas e 93 projetos referentes às ações propostas, ofertadas e coordenadas pela própria Instituição, com um público estimado de 124.012 beneficiados. A UEFS também atua com projetos de Extensão interinstitucionais, ou seja, propostas por outros órgãos governamentais e/ou instituições não-governamentais, e que são executados por estudantes, professores e/ou servidores da Instituição, a exemplo do Projeto Universidade para Todos (UPT), com o objetivo de preparar jovens e adultos concluintes e egressos do ensino médio da rede pública estadual, para o ingresso no ensino superior, com a oferta de curso pré-vestibular (UEFS, 2023).

Ainda sobre a atuação na Extensão, cabe-nos destacar a realização de eventos institucionais de relevante inserção local e regional, como é o caso: do Festival Literário e Cultural de Feira de Santana (FLIFS), iniciado em 2008, com impacto local e regional relevante para a formação de leitores, tornou-se patrimônio cultural imaterial do Estado da Bahia por meio da Lei nº 13.934/2018; da Feira do Semiárido, desde 2003, com o objetivo de ampliar o espaço de discussão sobre os saberes, desafios e potencialidades regionais para viabilizar ações de desenvolvimento sustentável regional; da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), realizada desde 2004, com o objetivo de mobilizar a população, em especial crianças e jovens, para temas e atividades de ciência, tecnologia e inovação (UEFS, 2023).

No que tange ao incentivo à Cultura, a UEFS atua por meio do Centro Universitário de Cultura e Arte (CUCA), como relevante agente de incentivo, difusão, promoção e produção da cultura em Feira de Santana e região. De acordo com Mota Júnior (2022), essa atuação faz com que a UEFS se torne uma das principais instituições

fomentadoras da cultura no Território Portal do Sertão, atendendo também a diversos municípios de outros territórios com ações e projetos culturais.

Ainda no âmbito cultural, faz-se necessário tratar da Rede de Museus vinculada à UEFS, que visa à união articulada e cooperada das instituições museológicas e espaços de arte, cultura, ciência e tecnologia, documentação e memória da Instituição para a preservação, promoção e valorização do seu patrimônio a serviço da sociedade, composta por: Museu Regional de Arte, Museu Antares de Ciências e Tecnologia, Museu Casa do Sertão e Museu de Zoologia (Mota Júnior, 2022).

Ao tratar especificamente de inserção local e regional, pode-se destacar também a atuação e interação com a sociedade realizada pelo Sistema de Bibliotecas da UEFS (SISBI), constituído pela Biblioteca Central Julieta Carteadó (BCJC) e por sete Bibliotecas Setoriais; e pelo Observatório Astronômico Antares (OAA), inaugurado em 1971 e incorporado em 1992, passando a realizar e a colaborar com os cursos de Graduação e de Pós-Graduação em atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de atender ao público, principalmente de escolas das redes pública e particular do Estado da Bahia, além de pesquisadores e outros interessados (Mota Júnior, 2022).

A UEFS ainda se encontra inserida na cidade de Lençóis, distante aproximadamente 270 km da sua sede, por meio do Campus Avançado da Chapada Diamantina (CACD). Esse Campus Avançado foi implantado a partir da aprovação da Resolução CONSAD nº 05/1998, como órgão suplementar visando dar suporte às atividades de pesquisa, extensão e ensino, com ênfase na produção, popularização e estímulo ao conhecimento científico de um modo geral, especialmente, na região da Chapada Diamantina, dentro do Semiárido baiano, atuando como fomentador de atividades multi-institucionais nessa região (Mota Júnior, 2022).

Outro aspecto de relevante inserção local e regional da UEFS, trata-se da participação de seus representantes em ações e políticas públicas de órgãos municipais, estaduais e nacionais, visando à busca de soluções para diversas questões sociais importantes, a exemplo de: Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa; Conselho Estadual do Meio Ambiente; e Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (Mota Júnior, 2022).

Assim, a relevância social da UEFS pode ser destacada por sua atuação e inserção local e regional, no âmbito do Ensino, da Pesquisa, da Extensão e no incentivo à Cultura, bem como sua importância como uma universidade pública inserida no interior do território baiano, impactando as realidades local e regional, contribuindo para a formação

de profissionais nas diversas áreas do conhecimento, em especial de professores para as redes de ensino, bem como espaço de produção e difusão de saberes e construção crítica da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo de caso exploratório, descritivo, bibliográfico e documental abordou a relevância social da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), diante de um importante contexto da política pública de educação superior no Estado da Bahia, com destaque para a atuação e inserção local e regional dessa IES pública.

Diante do que foi mencionado, a relevância social da UEFS se dá por sua forte contribuição como uma IES pública formadora de profissionais nas diversas áreas do conhecimento, especialmente de professores para as redes básicas de ensino, além de ser um locus de construção crítica da própria sociedade, como também de crítica do papel e função desse conhecimento produzido, por ela e outras instâncias, visando uma sociedade mais justa e equilibrada.

Desse modo, especialmente, por sua inserção no interior do território baiano e de impacto nas realidades local e regional, a UEFS referencia diversos atores, produzindo, modificando e distribuindo saberes implicados e diferenciados, principalmente em relação às demais instâncias produtivas, que talvez atuem em uma perspectiva meramente econômica.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, C. **Financiamento público das universidades estaduais baianas: restrições orçamentárias, expansão universitária e desenvolvimento local**. 2013. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013. 164f.

BERNHEIM, C. T.; CHAUI, M. S. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior**. Brasília: UNESCO, 2008. Disponível em: <http://www.repositoriobib.ufc.br/000000/0000001D.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2024.

BOAVENTURA, E. M. **A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência**. Salvador: Edufba, 2009. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/4r/pdf/boaventura-9788523206307.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 1 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Notícias. SiSU. **Até o segundo dia de inscrições, Medicina, Direito e Administração são os cursos mais procurados.** Brasília, DF: Brasil, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/410-sisu-535874847/76891-ate-o-segundo-dia-de-inscricoes-medicina-direito-e-administracao-sao-os-cursos-mais-procurados>. Acesso em: 1 fev. 2024.

DIAS SOBRINHO, J. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out./dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400010>. Acesso em: 1 fev. 2024.

DOWBOR, L. Educação e desenvolvimento local. **IBAM: Revista de Administração Municipal**, ano 52, n. 261, p. 15-30, jan./fev./mar., 2007. Disponível em: http://lam.ibam.org.br/predownload.asp?area=4&arq=04_educac261.pdf. Acesso em: 1 fev. 2024.

FIALHO, N. H. Universidades estaduais no Brasil: pauta para a construção de um sistema nacional articulado de educação. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 21, n. 38, p. 81-93, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v21n38/v21n38a08.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOEBEL, M. A.; MIURA, M. N. A universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo – PR. **Expectativa**, Toledo, v. 3, p. 35-47, 2004. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/743/628>. Acesso em: 1 fev. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior 2022.** Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 1 fev. 2024.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MOTA JÚNIOR, A. M. **Desafios contemporâneos da administração universitária: um estudo das dimensões política, organizacional, cultural e econômica na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).** 2022. Tese (Doutorado em Educação e

Contemporaneidade) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2022. 350f. Disponível em: <https://saberaberto.uneb.br/items/08dbfa13-92a0-4363-9675-0e2392c22d7c>. Acesso em: 1 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração mundial sobre educação superior no século XXI: visão e ação**. Paris: UNESCO, 1998. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>. Acesso em: 1 fev. 2024.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SOBRAL, F. A. F. Qualidade acadêmica e relevância social e econômica da educação superior. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 227-241, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a06.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2024.

TEIXEIRA, A. S. **Educação e Universidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. Assessoria Técnica e de Desenvolvimento Organizacional. Plano de Desenvolvimento Institucional. **PDI 2017-2021**. Feira de Santana: UEFS, 2019. Disponível em: http://www.pdi.uefs.br/arquivos/File/PDI_UEFS_2017_2021_Proorrogado_2022.pdf. Acesso em: 1 fev. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. Assessoria Técnica e de Desenvolvimento Organizacional. Relatórios. **Relatórios de Atividades 2022**. Feira de Santana: UEFS, 2023. Disponível em: http://www.asplan.uefs.br/arquivos/File/RELATORIO_DE_ATIVIDADES/Relatorio_atividades_2022.pdf. Acesso em: 1 fev. 2024.

WANDERLEY, L. E. W. **O que é universidade?** São Paulo: Brasiliense, 2003.